

Coluna do Castello

Qual será agora o PMDB de Sarney

MAIS visível do que a dissensão entre constituintes, a qual somente ganhará ostensividade no momento das opções pelo voto sobre questões como nacionalização, privatização, política de comunicação, etc., a divisão do PMDB entre duas correntes que disputam a hegemonia como força influente na formação do governo gera problemas graves de imediato para o partido e para o presidente da República.

O sr Ulysses Guimarães, no comando da cúpula partidária e com a adesão ostensiva do grupo progressista de parlamentares e governadores, está com seu poder de influir dentro do governo sob contestação dos governadores dos principais estados aos quais se associam quatro outros de estados menores. A São Paulo, Minas e Rio de Janeiro juntam-se Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará e Piauí, enquanto sem definição pública outros operam numa faixa mais próxima do Planalto do que do palácio do Congresso.

Essa divisão ostensiva e pública ocorre no momento em que o presidente está convocado a tomar decisões sobre medidas econômicas de estabilização, reforma ministerial e negociação sobre dívida externa. O ministro da Fazenda, cuja cabeça foi pedida ao menos pelo sr Orestes Quércia, é quem formula, com o respaldo ostensivo da direção do PMDB, as medidas referentes a juros, inflação e anti-recessão. Se sua cabeça é pedida pelo governador de São Paulo, ele trabalha em consonância com o presidente do partido, com quem se manteve em contacto continuado enquanto duraram as férias de Angra dos Reis. Pelo menos essa é a versão pemedebista.

O presidente José Sarney tem mantido no ministério o sr Dilson Funaro contrariando pressões de natureza diversa, algumas delas sob suspeita de receber inspiração do exterior. O PMDB já preferiu ao atual ministro o ex-ministro João Sayad, que se opôs ao Cruzado II até que foi induzido a subscrevê-lo sob influência pessoal do sr Funaro e no momento em que o presidente preferia seguir os conselhos do Planejamento aos da Fazenda. A história é antiga e já se sabe que quem pagou o pato foi o sr João Sayad.

Mas quando se viu sob intimação de forças diversas a apresentar projeto que revertesse o mal-estar a situação econômica do país, foi com o PMDB que se apegou o sr Dilson Funaro, e precisamente com a corrente liderada pelo sr Ulysses Guimarães a cuja sombra se estende numerosa a facção progressista ou esquerdista do partido, na qual se aloja o grupo de radicais que, em fevereiro, mediante o exercício de uma soberania não pressentida da Assembleia Constituinte, pretendeu suspender o funcionamento do Congresso e assumir o controle do Legislativo e do Executivo pela edição de atos constitucionais.

Naquela ocasião, a reação enérgica do presidente José Sarney justificou a intermediação do sr Ulysses Guimarães e a eliminação dos dispositivos regimentais tidos como revolucionários ou golpistas. Ficou no presidente a suspeita de uma conspiração apenas suspensa mas possível de renascer a qualquer momento, visando a golpear o processo de transição democrática. Deve-se lembrar que, na oportunidade, o sr José Sarney apelou para governadores e designou um líder do governo para promover a retirada de parlamentares fiéis a seu governo do plenário da Constituinte, a fim de esvaziar a proposta que se pretendia votar de surpresa.

O **racha** de hoje tem na sua raiz a marca do que aconteceu em fevereiro. Persistiu a desconfiança com os que, no sistema Ulysses, insistem em reduzir seu mandato. E os governadores, ansiosos por abrirem caminho próprio junto ao Planalto por se julgarem menosprezados pela direção do PMDB, aprofundaram sua rejeição ao comando partidário e se reuniram para propor ao presidente da República a definição de uma política econômica, que para eles deixara de existir, e a nomeação de um novo ministério. Com isso o PMDB passou a ter duas vozes, oferecendo-se com duas faces perante o presidente.

O sr Dilson Funaro, que ancorara seu barco nas águas da Península dos Ministros, sofreu uma primeira advertência com a criação de uma comissão de negociação da dívida externa, instrumento que pretende dar-lhe tempo, e ao presidente do Banco Central, para dedicação prioritária à economia interna, enquanto o embaixador Guerreiro e seus assessores se instalariam em Nova York para ouvir banqueiros e demais interlocutores. A vantagem seria retirar o ministro da ponte aérea, pondo-se ao mesmo tempo entre ele e os banqueiros um interlocutor categorizado mas sem responsabilidade de decisão.

A partir de hoje, com os governadores reunidos e reiterados em Minas e o sr Funaro com novo plano na mão, o presidente terá de fazer suas opções, atento à segurança do seu governo, que se responsabiliza pela estabilidade econômica e política, mas também atento a que o respaldo do PMDB continua a ser a pedra de toque da sua política. Enquanto não houver um choque que delimite os campos com precisão, não cabe ao presidente provocá-lo nem chegar a conclusões por avaliação. A reforma ministerial está condicionada a uma tentativa de composição de forças que não comprometa a unidade das bases, entre elas e da Aliança Democrática.

Carlos Castello Branco